



Prefeitura Municipal de Barueri

ESTADO DE SÃO PAULO

816

MENSAGEM VETO Nº 04/09

Câmara Municipal de Barueri	
Protocolo nº	000 1345
Livro nº	— Fls. —
Barueri	21/05/2009

09.20.2009

Barueri, 13 de maio de 2009.

Senhor Presidente:

Fls. Nº	31
Proc. Nº	536/09

Sirvo-me do presente para informar a essa Egrégia Câmara, por intermédio de V.Ex^a., que, analisando o Projeto de Lei nº 45/09, referente ao Autógrafo de Lei nº 44/09, e usando da prerrogativa que me é conferida pelo art. 64, §1º, da Lei Orgânica do Município de Barueri, resolvi **vetá-lo** em sua íntegra, pelos motivos a seguir mencionados.

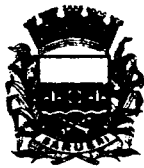
Cuida-se de Projeto de Lei de iniciativa dessa Colenda Câmara, que **autoriza o Poder Executivo municipal, por intermédio da Secretaria de Educação, a implantar o curso pré-vestibular no município de Barueri.**

Mesmo que se considerem os nobres propósitos e meritórios objetivos da medida em apreço, é ela contrária ao interesse público e notadamente inconstitucional, por afronta aos arts. 29, caput; 30, inciso VI; 211, §2º, da Constituição Federal; e ainda, o art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município.

É que a propositura, na forma em que apresentada, toma para si atribuição constitucionalmente reservada ao Chefe do Poder Executivo, na medida em que prevê, para atendimento de seu objeto, a necessidade de alteração da estrutura e organização da Administração Municipal ligada à área da Educação.

E isto, segundo previsão contida no art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município, é competência que se subsume ao Prefeito, não podendo, em contrapartida, ser avocada por outro agente político.

Tal estrutura jurídica, por sua vez, está amparada pela dicção do art. 29 da Constituição Federal, segundo o qual os Municípios devem ser



Prefeitura Municipal de Barueri

ESTADO DE SÃO PAULO

Fls: Nº	12
Proc: Nº	53409
	817

regidos por lei orgânica, atendidos os princípios estabelecidos na própria Carta Federal. Daí a razão pela qual não podem, aludidos dispositivos, sofrerem qualquer agravo tendente a lhes tsnar a eficácia.

Acrescente-se a isto o fato de que o atual quadro de profissionais a serviço da Secretaria de Educação está, sem exceção, totalmente voltado aos programas de educação infantil e de ensino fundamental, a instâncias do que preceituam os arts. 30, VI e 211, §2º da Constituição da República.

A hipotética implementação de curso preparatório ao vestibular demandaria a dispendiosa criação de uma estrutura organizacional própria, à parte daquela hoje existente para atendimento da Rede.

Mesmo porque, como preceitua a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o currículo do ensino fundamental, no qual está compreendido o ensino infantil, é de conteúdo distinto daquele ministrado no ensino médio, e os alunos que se preparam para prestar os exames vestibulares são justamente aqueles egressos do ensino médio, categoria não assistida pela estrutura pedagógica do Município.

Além disso, os entes municipais estão obrigados, por força da regra contida no art. 212, §3º da Carta Federal, a dar rigorosa prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório quando da aplicação dos recursos públicos destinados a dar efetividade aos objetivos do plano nacional de educação.

A se considerar a proposta ora sob veto, os esforços e recursos hoje despendidos na incessante busca de excelência do ensino fundamental e da educação infantil ministrados na Rede Municipal, teriam de ser, ao menos parte deles, desviados para suportar aquela estrutura de que se falou há pouco no tocante ao curso preparatório para ingresso em curso superior.

Como existem diretrizes constitucionais muito claras a respeito da prioridade que deve ser dada pela municipalidade ao ensino fundamental, indicações programáticas, aliás, também preconizadas na Lei



Prefeitura Municipal de Barueri

ESTADO DE SÃO PAULO

Fls. Nº 13
Proc. Nº 53408
818

Orgânica do Município (art. 147), eventual desatendimento desses preceitos tenderia a se defrontar, de modo incontornável, diga-se, com o interesse público implícito na manutenção da oferta dos sistemas de ensino obrigatório.

Vale ressaltar, ao final, que a Secretaria de Educação está de todo empenhada em concretizar a determinação da Administração quanto ao processo de ampliação de vagas nas Maternais, medida considerada imprescindível ao suporte de qualquer política social avançada, o que também vai ao encontro da sistemática educacional idealizada pelo legislador constitucional.

Assim, em face do exposto, razões ligadas à sua inconstitucionalidade, bem como aquelas atinentes à contrariedade ao interesse público, levam-me a negar sanção ao Projeto de Lei nº 45/09, vetando-o na íntegra.

Isto posto, devolvo a essa Egrégia Câmara a medida proposta, para nova deliberação e votação, na forma e no prazo da lei.

Valho-me do ensejo para reiterar a V.Exª e a seus Nobres Pares meus protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente

RUBENS FURLAN
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.
Antonio Furlan Filho
DD. Presidente da Câmara Municipal de
BARUERI

Câmara Municipal de Barueri
Extrair xerocópias e enviá-las aos Vereadores.
Em 26/05/2009
Presidente

Câmara Municipal de Barueri
As Comissões Permanentes desta Casa para emitir Parecer a respeito dentro do prazo legal.
Em 26/05/2009
Presidente

Câmara Municipal de Barueri
Aprovado o Veto por 13 votos favoráveis e 1 voto contrário do Vereador Agnêrio Neto Ferreira. foi encaminhado à DL para comunicar a decisão desta Casa ao Prefeito e arquivar.
Em 02/06/2009